

É HORA DE REAGIR

EDSON CARVALHO VIDIGAL*

Presidente do Superior Tribunal de Justiça

Está passando da hora de voltarmos a falar seriamente em "desenvolvimento, já!" Precisamos reescrever, adaptando-o ao século XXI, a nosso projeto de Nação. O que queremos para o Brasil? Quais os nossos maiores desafios? Como vencê-los e com quais recursos e aliados contaremos? Aonde queremos chegar?

Não podemos ceder à mesmice. Precisamos mostrar a nós, brasileiros, o quanto somos capazes, fortes, honestos, idealistas, criativos. Precisamos resgatar valores, muitos dos quais nos foram arrebatados pelo populismo político, de alguns dos quais fomos nos desprendendo em momentos difíceis de fadiga moral imposta pela predominância de tantos maus exemplos. Precisamos resgatar a família, a escola com a educação moral e cívica e, também, a fé religiosa.

E esse engenho de virtudes que vai nos restituir a coesão familiar, a responsabilidade escolar, o respeito com o coletivo e os limites espirituais. Tudo em favor de uma sociedade mais comprometida com o desenvolvimento e com a paz. Para nada servem as leis quando o Estado, encarregado de fazer cumpri-las, se enfraquece e se distancia, ampliando o dissenso entre a sociedade e os grupamentos políticos incumbidos de fazê-lo funcionar.

As leis não se realizam na sua força coercitiva quando a sociedade, indiferente, não as legitima. Sem legitimidade não há autoridade e, sem autoridade, tudo resulta num teatrinho de intermináveis formalidades. As pessoas do povo já não disfarçam o cansaço com a desfaçatez que de há muito estamos vivenciando. Assim como a política de juro alto não pode ser o único remédio para o

controle da inflação, também o Código Penal não pode ser a única saída para o enfrentamento da violência. A criminalidade a ser combatida não é apenas a das ruas, das praças, das favelas. Não podemos perder de vista a criminalidade do conluio, da cumplicidade, do silêncio. A criminalidade engravatada do malandro "que nunca se dá mal", conforme os versos de Chico Buarque.

O desenvolvimento de um país não se realiza em meio à corrupção, no tripúdio ao sofrimento de um povo subjugado por altas taxas de juros, por uma das maiores cobranças de impostos do mundo a contrastar com um orçamento público, que mal se agüenta para os serviços das dívidas e para o custeio da engrenagem estatal. O pacto federativo precisa ser de verdade. O Estado, enquanto gerente do bem comum, precisa de novo formato, de novas agendas, de outras ações.

O povo brasileiro, em si, íntegro, trabalhador, honesto e ético envergonha-se quando se apercebe de que está sendo enganado por quantos, malandramente, conseguem mandatos políticos e, malandramente, passam a atuar no seu nome. Não sendo tais políticos pessoas honradas, não têm como honrar a representação. Aliás, nem precisam, até porque os seus compromissos são outros e com outros igualmente malandros.

Os nossos políticos, na grande maioria, felizmente, pessoas do bem, precisam se acertar com a Nação. Sem corporativismos, sem conluios de qualquer espécie, precisam reagir logo com normas legais rígidas de procedimentos sumários contra a impunidade triunfante. A impunidade não pode continuar fazendo troça da sociedade. Sendo o Congresso Nacional o grande templo onde se louva e se afirma a democracia, a Nação exige que sejam expulsos, o quanto antes, os vendilhões do templo!

Não há que haver condescendência. Não há que haver proteção. Proteção se dá é a vítima de injustiça, a quem sofre constrangimento ilegal por abuso de poder. Nas ditaduras, isso se justifica se a vítima, pessoa honrada, é perseguida pelas suas idéias políticas. Nas democracias, não. Nas democracias, é possível distinguir a impunidade da imunidade. Nas democracias, é dever da Justiça pública perseguir os acusados de qualquer crime, inclusive os lesivos aos cofres públicos.

A Reforma do Judiciário prossegue, em discussão, até hoje. E é bom que nunca se deixe de falar nisso, pois Justiça precisa e precisará sempre de reformas, de atualizações profundas nos seus procedimentos.

Importante lembrar que, civis, militares ou eclesiásticos, somos todos brasileiros. Nossas mazelas, até quando? O quando não vai demorar. Só dependemos agora de mais efetivos para a Polícia Federal, que precisa ampliar o seu quadro para, no mínimo, mais vinte mil entre agentes, delegados e peritos criminais. Precisamos de mais membros no Ministério Público Federal e de mais juízes federais em quantidade correspondente a, pelo menos, o triplo do atual contingente.

Vamos ter que interiorizar mais as ações da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, da Justiça Federal. Os mecanismos da União Federal de apoio à sociedade e de garantia do dinheiro público e do patrimônio das pessoas não se estendem com eficácia ao interior do Brasil. E é para o interior que o crime está indo, que o bandalho das licitações de araque está migrando. Não havendo punição a tempo, quem manda é a impunidade.

Apesar dos seus problemas e falhas, só o Poder Judiciário ainda pode inspirar à sociedade a confiança de que ela tanto necessita. O Poder Judiciário emerge, neste momento, como uma luz na escuridão, uma chama de esperança para os que ainda crêem na força do Direito, no

respeito às leis e aos contratos legitimamente firmados, na garantia das liberdades individuais.

É hora de restaurar valores eternos, que se julgam superados, mortos, enterrados. A História, que Cícero chamava de "a professora da vida" (magistra vitae), está aí para nos recordar exemplos de superação de momentos críticos, nos quais a Nação se reencontra e ganha forças para vencer as dificuldades.

Ontem, diante do arbítrio, a História nos cobrou a coragem de resistir. Resistimos e vencemos. Hoje, na democracia, a mesma História nos cobra atitudes, resgate de princípios, lealdade a valores, muitos dos quais até esquecidos. A História nos ensina que não devemos ter medo. E o povo brasileiro não terá medo.